

# DO USO DO PATRONÍMICO NA BAIXA IDADE MÉDIA PORTUGUESA

Iria GONÇALVES \*

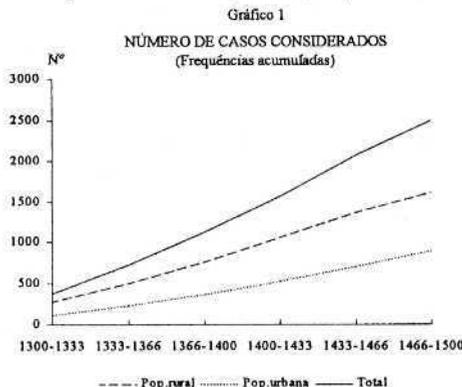
É sabido como durante toda a Idade Média, as formas patronímicas<sup>1</sup> foram um elemento de tal modo preponderante dentro do nosso sistema antroponímico<sup>2</sup>, que sempre interessaram a maioria esmagadora dos portugueses e, durante o período aqui em análise, serviram de identificativo a percentagens populacionais na ordem dos 80% ou mesmo 90%<sup>3</sup>. Atestando a sua exuberante utilização nestas épocas, aí estão, ainda hoje, as numerosas famílias que conservam, na identificação pessoal dos seus membros, apelidos de origem patronímica. Entretanto, longo foi o caminho percorrido entre o primitivo uso deste nome como simples indicativo de filiação masculina, e este outro, de apelido de família.

Sendo assim, fácil se torna compreender a importância e o interesse do seu estudo.

## 1 - As fontes e a metodologia

A análise que agora me proponho versará apenas sobre as populações não nobres e centrar-se-á nos dois últimos séculos medievais. Eram aquelas as gentes que compunham, na sua imensa maioria, a população portuguesa; foi este o período em que uma evolução começou, no uso do patronímico, a desenhar-se e em que ficou marcado o rumo para os séculos seguintes.

A escolha feita não estava isenta de dificuldades. Desconhecidas como são, quase por completo<sup>4</sup>, as genealogias da gente comum, foi necessário procurar, na mais variada sorte de documentação - manuscrita ou publicada - todas aquelas escassas - e tão dispersas - anotações que nos informam, no concreto, sobre a filiação paterna de alguém. Alguém cuja identificação era feita com apelo a um patronímico. Foi uma pesquisa muito longa<sup>5</sup>, que esteve sempre presente, como subsidiária<sup>6</sup>, em todas as minhas investigações; que me foi acompanhando no decurso de muitos anos<sup>7</sup>, a proporcionar-me a construção de um ficheiro que nunca parou de aumentar, mas que só o fez, sempre, com uma extrema lentidão. As fontes recusavam-se, por vezes com uma desesperadora obstinação, a responder às perguntas que lhe eram colocadas. Ainda assim foi-me permitido reunir 2500 informações válidas para o estudo que me proponho<sup>8</sup>, mas que se dispersam por



todo o País, pois a escolha de uma região, alargada que ela fosse embora, far-me-ia correr o risco de não conseguir documentação consistente, pelo menos para algumas das faixas cronológicas, por muito que teimasse em prolongar a sua recolha.

Essas informações escalonam-se de forma mais ou menos equilibrada, em termos numéricos<sup>9</sup>, ao longo dos dois séculos aqui considerados, período durante o qual o patronímico foi sofrendo algumas modificações importantes, modificações essas que são o principal objectivo do presente ensaio.

Para melhor as observar e compreender a sua amplitude e comportamento, necessário se tornava estabelecer alguns cortes, em primeiro lugar cronológicos, analisá-los sectorialmente e proceder depois às comparações adequadas, a fim de que essas modificações pudessem surgir na sua dinâmica própria.

Considerei para o efeito espaços temporais equivalentes a terços de século. É verdade que no interior de alguns destes períodos podem ter-se verificado mutações mais ou menos localizadas e que só serão apreendidas globalmente e reportadas a todo o respectivo intervalo de tempo; é certo também que em cada segmento cronológico confluem indivíduos - jovens e adultos<sup>10</sup> - de idades muito diferentes e a quem, por isso mesmo, a atribuição da forma patronímica poderia ter sido feita com algumas décadas de distância e, eventualmente, com ópticas diferentes. Mas são estes outros tantos senões dificilmente ultrapassáveis com qualquer outra periodização possível e esta que escolhi, dividindo o século em três períodos geracionais a permitirem ao indivíduo que o tenha iniciado no começo da sua vida adulta, vivê-lo, com bastantes probabilidades, até final, parece-me, no caso, uma das escolhas mais acertadas.

Por outro lado sabemos como as populações citadinas são sempre as mais abertas a novas influências e costumes e como as gentes do campo se mostram, em regra, avessas a modificar hábitos e tradições, dando mostras de significativo conservadorismo. Sendo assim, será interessante verificar até que ponto estas duas sociedades se encontravam ou divergiam no que se refere às normas de utilização do patronímico.

Mas aqui, novas dificuldades se levantam. Portugal foi sempre um país com baixo nível de urbanização, sendo ainda que os critérios usados para a definição de cidade, em épocas próximas da que está em análise, operacionais para outras regiões da Europa, são entre nós inaplicáveis ou quase<sup>11</sup>. Por outro lado, critérios aferidos para a realidade portuguesa, não foram ainda estabelecidos. Deste modo, optei por considerar população urbana aquela que habitava nos poucos centros que sempre se destacaram pela sua importância social, política, económica, cultural, e cujo destaque não suscitava contestações - Lisboa, Porto, Évora, Santarém, Coimbra - a que se poderão juntar algumas outras cidades menores como Guimarães, Elvas ou Beja<sup>12</sup>.

Como corolário destes pressupostos, pude organizar duas séries documentais compartimentadas ao longo do tempo em períodos que permitiram recolher informação numericamente significativa para todos eles, mas em que a população rural representa sempre uma considerável maioria em relação aos citadinos. Reflexo, aliás, da situação geral do País - como de toda a Europa, afinal, numa época em que a maior parte dos homens se dispersava por pequenos núcleos de povoamento, com características acentuadamente campesinas.

Em todo o caso as cidades contribuíram sempre com um número de informações suficientemente avultado para nos proporcionar resultados válidos<sup>13</sup>.

A transformação de todos estes números em valores percentuais facultou a indispensável base de comparação entre eles.

## 2 - O patronímico na identificação individual

Já atrás deixei dito como, durante os tempos medievais, a avassaladora maioria dos portugueses usava, como identificativo pessoal, um patronímico. Sabemos, aliás, que este costume se difundiu largamente por extensas regiões da Europa<sup>14</sup>, mas foi no Ocidente, e sobretudo no Ocidente peninsular, que o seu predomínio se acentuou de forma esmagadora<sup>15</sup>.

Como sobejamente se sabe, o patronímico começou por ser construído, em toda a parte, a partir do nome próprio do pai. Entre nós, como na generalidade das línguas românicas e nos textos latinos, repositários das formas que permitem estudar este nome nos primeiros séculos da sua existência, ele apresenta-se sempre grafado na forma genitiva, apenso ao nome do filho. Se na linguagem falada, como posteriormente na escrita, ele conservou a forma genitiva - Rodrigues, Domingues, Eanes, Fernandes<sup>16</sup> - ou se, pelo contrário, a abandonou para adoptar uma outra, a nominativa - Afonso<sup>17</sup>, Lourenço, Vicente, Gil - o sentido da sua utilização não foi alterado<sup>18</sup>. Tanto numa modalidade como na outra reportava-se sempre ao nome próprio paterno. Quer dizer, publicitava os laços de filiação masculina<sup>19</sup>, mas, talvez sobretudo, integrava o indivíduo assim identificado, numa família e, através dela, numa linhagem<sup>20</sup>.

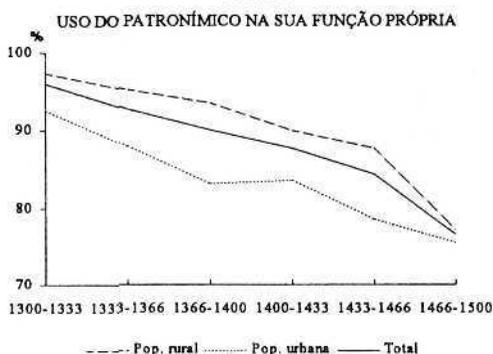
Se é verdade que, de certo modo, este sistema antroponímico fragmentava a família em pares de gerações, como já tem sido lembrado por outros autores<sup>21</sup>, não o é menos que só deste modo o indivíduo se apresentava perante a sociedade, munido de uma identificação completa: para lá do nome próprio, seu património inalienável<sup>22</sup>, aquele outro que não lhe pertencia de forma gratuita e absoluta e que até mesmo podia alienar, mas que o protegia, enquadrando-o numa comunidade específica em que o pai era o primeiro e máximo referente<sup>23</sup>. Dava-lhe, por assim dizer, a credibilidade a que, na Idade Média, alguém desenraizado não podia aspirar.

Mas se, como atrás ficou dito, o patronímico começou por ser em toda a parte, um referente paterno que nessa qualidade se esgotava, em algumas regiões a sua carreira como tal foi muito breve e rapidamente evoluiu no sentido de passar a ser comunicado de pai a filho e não renovado em cada geração<sup>24</sup>. Assim foi ganhando, a par de profundidade e mesmo de extensão<sup>25</sup>, características do apelido de família.

Portugal foi um dos países onde o patronímico se conservou durante mais tempo na sua pureza inicial<sup>26</sup>. Mas até que ponto essa pureza se manteve intacta, ou foi admitindo algumas deturpações? E de que importância? E quando e onde?

Até finais do século XIII<sup>27</sup> toda a documentação compulsada mostrou sempre, entre as famílias não nobres<sup>28</sup>, a rigorosa utilização do patronímico na sua função própria. Para

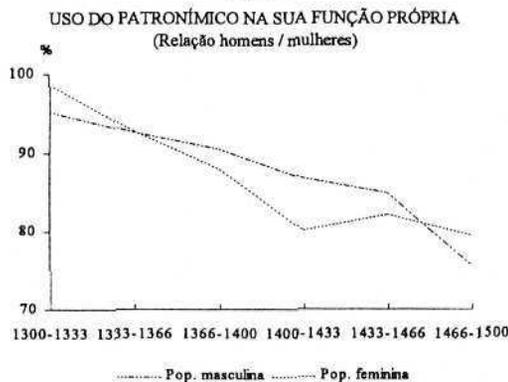
Gráfico 2



o assunto em estudo basta o registo do facto. Porém, a partir de princípios do século XIV, começaram a verificar-se, aqui e ali, alguns atentados à norma em vigor.

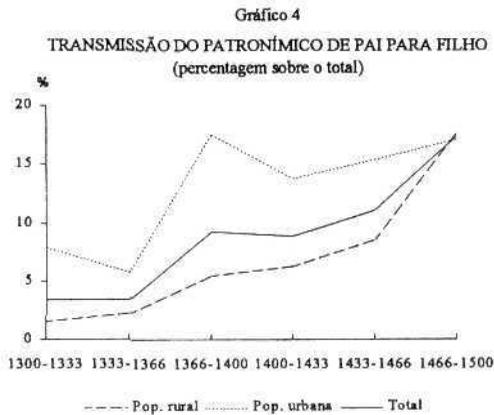
Esses atentados começaram por ser de muito fraca amplitude - na ordem dos 2,6% no campo, embora já dos 7,4% na cidade - mas nunca cessou de aumentar até ao final do período aqui considerado, em que chegou a cifrar-se, como valor máximo, nos 24,5%<sup>29</sup>. Todavia estas percentagens, por outro lado, deixam disponíveis, para a correcta utilização do patronímico, quantitativos deveras elevados, que atingindo, embora pontualmente, os 97,2%, mas conservando-se quase sempre, durante todo o século XIV, acima dos 90%<sup>30</sup>, nunca desceram aquém dos 75,5%<sup>31</sup>. Isto significa que até finais da Idade Média, a esmagadora maioria dos portugueses<sup>32</sup> usou, como patronímico, uma designação construída a partir do nome próprio de seu pai. Sempre com maior insistência entre as populações que habitavam o campo. Mas também, com pequenos desfazamentos apenas, pelas gentes da cidade<sup>33</sup>. E este procedimento era igual, tanto em relação aos filhos como às filhas. Com efeito, analisando separadamente a onomástica masculina e a feminina, não se encontram, entre elas, quaisquer discrepâncias com significado<sup>34</sup>. Algum comportamento menos linear, oferecido pela população feminina, deve-se apenas ao facto de que, sendo as mulheres muito mais escassas nas fontes à nossa disposição, o menor volume de informações a elas respeitante tornou visíveis alguns casos anómalos, pontuais, e deu-lhes um significado indevido.

Gráfico 3



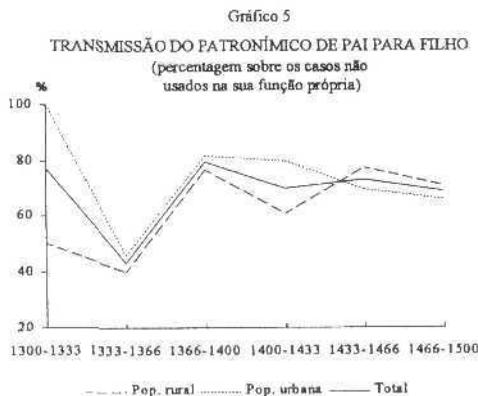
Embora pequena, subsiste sempre uma franja de população usando o patronímico de forma não consentânea com os objectivos da sua criação. Pontualmente, isto é, em finais do século XV, essa franja revestiu-se, inclusive, de alguma expressão<sup>35</sup>. Mas o facto de ela aumentar sempre, durante todo o período em análise, confere-lhe uma importância superior à sua expressão numérica e convida a que lhe seja feito um estudo pormenorizado.

A maior parte dos patronímicos usados à revelia da sua função própria, repetiam-se no pai e no filho, isto é, eram transmitidos do primeiro para o segundo<sup>36</sup>. No conjunto da população em análise, a sua expressão é, naturalmente, fraca, com valores que podiam não ultrapassar 1,5% e que, pelo menos entre os camponeses, se conservaram sempre baixos, até ao último terço do século XV, embora nas cidades essas percentagens se revelassem sempre bastante mais elevadas<sup>37</sup>. Todavia, a partir dos anos 60 da centúria de Quatrocentos, os valores em causa atingiram quantitativos já muito elevados e, sobretudo nos meios rurais, alteraram um pouco a tendência até aí verificada e atingiram os 17,6%, contra os 17% da população urbana.



É este um sinal claro, a acrescentar a outro já atrás mostrado <sup>38</sup>, de uma mudança mais acentuada no sistema antroponímico português, tendendo para a transformação do patronímico em apelido de família<sup>39</sup>. É certo que a tendência, com ligeiras oscilações<sup>40</sup>, não cessou de aumentar ao longo de todo o período aqui em apreço, mas a subida foi sempre relativamente lenta, até este momento final. No entanto, pontualmente, ela deve ter ido, no decurso do tempo, ganhando profundidade em algumas famílias, que terão reproduzido, ao longo de várias gerações, o mesmo patronímico<sup>41</sup>. Pena que seja tão difícil seguir-lhes o rasto.

Se deixarmos de analisar esta franja de população marginal ao sistema, no conjunto da amostra em presença e a tomarmos, isoladamente, como objecto de estudo, ela adquire contornos bem diferentes. Claro que agora os números disponíveis são bastante reduzidos e, por isso, menos próprios para serem trabalhados estatisticamente. Ainda assim, penso que vale a pena analisá-los.



Procurando saber, dentro desta população, que valores atingem os casos em que o patronímico se transmitiu de pai a filho, verificamos que, não obstante as oscilações percentuais devidas ao acaso dos pequenos números, esses valores se revelaram bastante elevados<sup>42</sup>. Isto é, quando o segundo nome atribuído a alguém não era um puro referente paterno, ele era, de preferência, o mesmo que seu pai já usava. Os exemplos iam-se multiplicando<sup>43</sup>, englobando conjuntos de irmãos<sup>44</sup>, forjando grupos de pai e filho portadores de homônimas que podiam, ou não<sup>45</sup>, tentar desfazer-se com uma adjunção nominal<sup>46</sup>, um qualquer apodo<sup>47</sup>, ou ambos a um tempo<sup>48</sup>.

Sobeja, para além desta, uma outra franja, mais marginal ainda e, naturalmente, mais reduzida, em que pai e filho não apresentavam traços de ligação onomástica<sup>49</sup>. Tanto quanto sabemos, nestes casos, o patronímico podia ter sido composto para o portador, mas ignoramos a partir de quem, ou podia ter sido herdado de outro membro da família que não o pai<sup>50</sup>, mas a nossa ignorância a este respeito é, por assim dizer, total.

A par destas, as mais comuns, outras formas de deterioração do patronímico foram, pontualmente, surgindo.

Por um lado começaram a usar-se, embora muito timidamente, ao longo do século XV, uma ou outra forma patronímica em posição deslocada, isto é, em terceiro lugar na constituição do nome e seguindo-se a uma outra forma de igual expressão. Usaram-se nomes como João Eanes Bentes<sup>51</sup>, ou Pedro Eanes Bentes<sup>52</sup>, Afonso Gomes Pais<sup>53</sup>, Diogo Eanes Lucas<sup>54</sup>, Martim Afonso Dinis<sup>55</sup>, João Afonso Cibrães<sup>56</sup>, Alvaro Afonso Miguéis<sup>57</sup>, Afonso Eanes Pascoal<sup>58</sup>, Gil Eanes Mateus<sup>59</sup>, João Martins Leonardes<sup>60</sup>. Por vezes foi mesmo essa forma que se transmitiu de pai para filho - caso de Martim Lourenço Dinis, pai de Gomes Dinis<sup>61</sup> - ou que tomou, no filho, o terceiro lugar entre os componentes do nome - como em João Eanes Ferraz, filho de João Ferraz<sup>62</sup>. Todas estas formas, no entanto, correspondiam a apelativos que não tinham, nem nunca haviam tido, grande divulgação e, pelo contrário, foram sempre bastante raros, ou, como Ferraz, haviam sido, sempre, obscurecidas por outra forma - Fernandes - essa, sim, bem comum. A única excepção aqui é representada por Pais, mas a sua voga passara há muito, com o quase desuso do respectivo nome próprio: Paio<sup>63</sup>. Talvez a condição de referente paterno, em relação a todas estas formas, não estivesse já muito nítida nos espíritos da época.

Por outro lado, como indício da contaminação a que me estou a referir, deparam-se-nos - mas muito poucos - casos de feminização do patronímico.

Sabemos como era tão vulgar, na Idade Média, dar forma feminina aos apodos, mesmo quando eram transmitidos de pai para filha. Ninguém se surpreende com formas como Constança Monteiro<sup>64</sup>, Margarida Machada<sup>65</sup>, Maria Salgada<sup>66</sup>, Beatriz Afonso Lobata<sup>67</sup>, Catarina Neta<sup>68</sup>, Isabel Peixota<sup>69</sup>, Maria Eanes Cavaleira<sup>70</sup> e tantíssimas mais. E assim também com essas outras como Gonçalo Esteves Formigo<sup>71</sup>, Lopo Gonçalves Formigo<sup>72</sup>, ou Luís Gonçalves Formigo<sup>73</sup>, como Alvaro Gonçalves Andorinho<sup>74</sup>, João Rodrigues Andorinho<sup>75</sup>, ou Álvaro Peres Avezinho<sup>76</sup>. Esta maneira de designar foi prática habitual em toda a Idade Média.

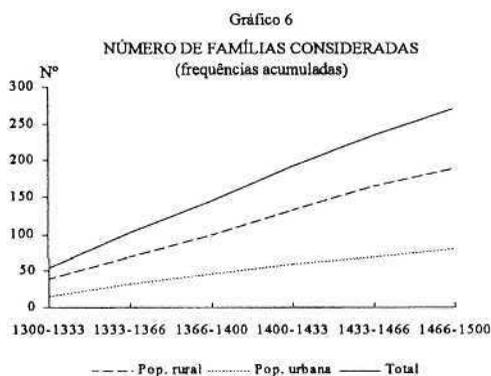
Mas a utilização do patronímico obedecia, como é lógico, a outras regras. Se, com a sua forma genitiva, não havia possibilidade de confusões, já não pode dizer-se o mesmo em relação à sua forma nominativa. Esta apresentava-se, sem equívocos, no masculino, e todos sabiam que assim devia ser usada, tanto por homens como por mulheres. São, por isso, inusitados, nomes como Domingas Bartolomeia<sup>77</sup>, Filipa Simoa, que era filha de Mestre Simão, de Santarém<sup>78</sup>, ou Clara Lourença, filha de Lourenço Peres Mestre, residente em Porto de Mós<sup>79</sup>. E nem sequer poderá alegar-se o desuso das formas transmissoras. Para mais, em duas destas circunstâncias, tratava-se de patronímicos puros; na terceira, cuja filiação se não conhece, a forma de origem - Bartolomeu - se bem que nunca muito vulgar como nome próprio masculino, conheceu, no entanto, uma utilização constante e com alguma expressão, ao longo dos séculos aqui tratados<sup>80</sup>.

### 3 - O patronímico em grupos de irmãos

Tendo o nosso País mantido o patronímico, ao longo de toda a Idade Média, numa posição tão relevante e com uma tão grande pureza de utilização, convirá saber se os

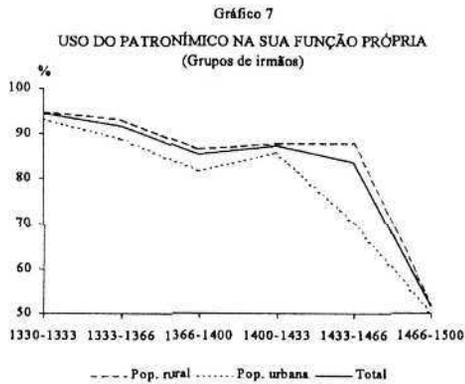
casos aberrantes se dispersavam por outras tantas famílias, ou se, pelo contrário, se concentravam num restrito número delas. Isto é, se, de uma maneira geral, todos os irmãos, filhos de um mesmo pai, usavam igual patronímico, ou se o de algum deles diferia dos restantes<sup>81</sup>.

Se, como atrás deixei dito, foi difícil e muito moroso reunir um volume significativo de filiações individuais, as dificuldades multiplicam-se ao propormo-nos conhecer grupos de irmãos, ainda que, em muitos casos, somente grupos de dois<sup>82</sup>. Apenas logrei ultrapassar os 270 casos, ao longo dos dois séculos em análise. Uma fraca colheita, portanto, mas a colheita possível<sup>83</sup>. Esse facto aumenta as dificuldades no tratamento das informações, mas não deve ser impeditivo do seu estudo. Por outro lado, dividir as famílias entre urbanas e rurais para analisar separadamente os seus comportamentos, como fiz em relação aos indivíduos, é correr o risco de uma fragmentação que mais ainda diminua, aos valores daí resultantes, a sua eficácia; trabalhar apenas os números em conjunto, é perder alguns matizes que podem ser interessantes. Resolvi correr o primeiro risco, aliás minimizado pelo recurso aos valores totais. Tenhamos, pois, em atenção o reduzido da amostra, mas analisemo-la.



Como já Robert Durand tinha lembrado, as áreas que ficaram mais ligadas ao patronímico no seu sentido próprio e maior uso fizeram dele, foram aquelas que o atribuíram a todos os filhos de um mesmo pai, proporcionando uma leitura completa da família, embora no estreito quadro das duas gerações<sup>84</sup>. Com exclusão da mãe, naturalmente.

Entre nós torna-se muito nítido esse fenómeno. Analisando a amostra em presença verifica-se que na esmagadora maioria das famílias portuguesas se atribuía a todos os irmãos e irmãs, como segundo apelativo, um mesmo referente paterno. Com efeito, durante todo o século XIV, adoptaram esse comportamento percentagens de famílias na ordem dos 95% no campo ou dos 82% na cidade, e até meados da centúria seguinte o costume foi-se mantendo, num ligeiro decrescer que, no entanto, se quedou pelos 70% na cidade e pelos 88% nos meios rurais. Só no último terço do século XV a tendência sofreu uma modificação brusca, a cair, entre os rurais, para os 52% e entre as gentes urbanas para os 50%<sup>85</sup>. Uma descida que talvez não se esperasse de uma tal amplitude, quando se verificou que individualmente esse descendo parou antes dos 75%<sup>86</sup> no seu valor mais baixo<sup>87</sup> e na mesma faixa cronológica. Actuavam aqui, como aceleradores do processo, os casos em que, num grupo de irmãos, algum deles marcava a diferença, usando um outro segundo nome. Facto que se tornou mais comum durante este último período<sup>88</sup>.

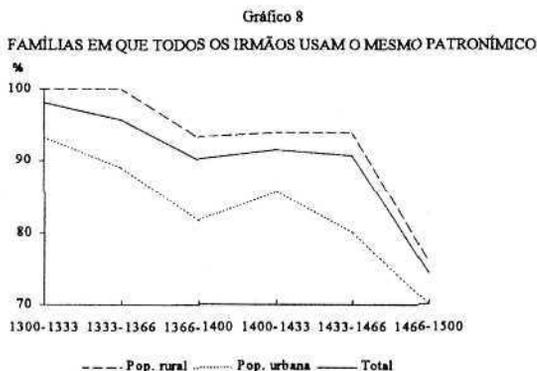


Encontra-se, pois, uma larguíssima margem de famílias cujos irmãos usavam todos<sup>89</sup> um patronímico puro, quer se tratasse apenas de filhos<sup>90</sup> ou filhas<sup>91</sup> quer de ambos<sup>92</sup>, inclusive no seio de famílias muito numerosas<sup>93</sup>. Até mesmo naqueles casos, relativamente comuns na Idade Média, em que dois irmãos - ou mesmo mais - haviam sido baptizados com o mesmo nome próprio<sup>94</sup>, eles podiam receber também o mesmo patronímico, quer se juntasse, a qualquer deles, um apodo diferenciador<sup>95</sup>, quer não<sup>96</sup>.

A estes grupos de irmãos podemos acrescentar outros, também portadores do mesmo nome, mas agora escolhido em outra fonte que não no nome próprio paterno<sup>97</sup>.

Curiosamente, verificamos que as percentagens se elevam significativamente - na ordem dos 5%, 6%, 6,5% - ao longo de todo o período em análise, em relação às populações campesinas; que elas não sofrem qualquer modificação, nos meios urbanos, até ao primeiro terço do século XV, inclusive; que entre estas populações, no terço seguinte, a diferença percentual salta bruscamente para os 10% e no seguinte para os 20%; que nos meios rurais e nesta mesma faixa temporal a subida é mais brusca ainda, saltando, de imediato, para os 24%<sup>98</sup>.

Não obstante a pequenez da amostra conseguida - nunca é demais repeti-lo - estes comportamentos parecem sugerir que no campo se atribuía maior importância ao significado do nome como identificador familiar, ao menos para unir todos os elementos de uma mesma geração, a dos mais novos, que assim eram, em conjunto, integrados pelo pai nas gerações mais antigas. Em conjunto se integravam na do progenitor, publicitando-o, pelo uso do patronímico, como referente; em conjunto, escolhendo o nome que este já usava<sup>99</sup>, mais profundamente ainda faziam essa integração, pois que ela os conduzia directamente ao avô, resultando assim ainda mais reforçada e com maior profundidade<sup>100</sup>.



Na cidade, aparentemente, a ligação entre os membros de cada uma das gerações que iam dando corpo à família, era menos importante. Talvez o fosse mais a afirmação individual, embora integrada em grupos sociais mais ou menos alargados, integração que, de qualquer modo, tinha que ser feita através da família. Mas sem necessidade absoluta dos irmãos.

A ser assim, estas tendências teriam crescido de uma forma muito significativa e brusca nos finais do século XV. Aliás, Portugal espalhava-se, na altura, por tão longas terras; as famílias dispersavam-se tanto e com tanta frequência, quebrando, ou pelo menos enfraquecendo, os laços que ligavam entre si os seus componentes, que o facto tinha de repercutir-se aos mais variados níveis. E não podemos ignorar que tal fenómeno se verificava, com muito maior amplitude, nos meios urbanos.

Mas também o campo entrou no mesmo movimento, também ele, e não só o litoral, enviou gentes para Além-Mar, mandou mais e mais dos seus efectivos para fora do ambiente familiar. E com efeito, voltando às percentagens em análise, verificamos que o campo, *nos finais do século XV, correspondeu de uma forma muito activa e empenhada, à tendência que a cidade vinha implementando.*

Talvez na mesma linha e com idêntico significado, encontramos, por fim, uma pequena percentagem de indivíduos que se identificava com uma forma patronímica diferente da dos irmãos. Na maior parte destes casos as famílias dividiam-se entre o uso de um referente paterno puro e a adopção daquele que o pai já usava. Este último era, em regra, atribuído ao filho - o mais velho? - que recebera, na pia baptismal, o nome do progenitor<sup>101</sup>, mas nada impedia que fosse dado a outro ou outros dos filhos<sup>102</sup>, ou a uma filha<sup>103</sup>.

Por último casos havia, mas muito poucos, em que algum dos irmãos era portador de um patronímico aberrante, dentro do esquema normalmente seguido<sup>104</sup>. Não se sabe onde iria procurá-lo, porque o conhecimento que podemos ter da família é muito limitado. Talvez aos avós, talvez à mãe, talvez a um colateral. Há muito a investigar neste campo. É uma matéria cujo estudo, entre nós, mal começou ainda.

\* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>1</sup> Usarei aqui o termo patronímico, sempre e só no sentido de referente paterno, isto é, daquele termo que reproduz, no segundo apelativo do filho, o nome próprio do pai, quer na forma genitiva, quer na nominativa. Cf. o que já há tempo deixei dito sobre o assunto em "Amostra de antroponímia alentejana do século XV", *Do Tempo e da História*, vol. IV, 1971, pp. 175-176.

<sup>2</sup> Em Portugal o patronímico atravessou todo o período compreendido entre os séculos XII e XVI, com uma exuberância que nunca foi desmentida (Adiante irei utilizando a este respeito, alguma bibliografia abonatória).

<sup>3</sup> Eu própria abordei já, em diversas ocasiões, este assunto. Cf. Iria Gonçalves, "Amostra de antroponímia alentejana do século XV", cit., pp. 178-179; id., "Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos", sep. de *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, II s., nºs LXXIX-LXXX, 1973/1974, p. 8; id., "Identificação medieval: o nome dos dirigentes concelhios em finais de trezentos", *Revista Portuguesa de História*, t. XXX, *Homenagem ao Doutor Salvador Dias Arnaut*, vol. II, 1997, pp. 110, 113. Outros autores portugueses se têm também referido ao assunto, como Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, "A onomástica, o indivíduo e o grupo", a publicar no volume sobre a Idade Média da futura *História da vida privada e do quotidiano em Portugal* (e aproveito para agradecer à autora o ter-me facultado a leitura do original), ou Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa Franco, *O couro de Santo Tirso. Antroponímia e sociabilidade*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995, quadros do vol. II.

<sup>4</sup> Desde há vários anos a esta parte, vêm sendo elaboradas monografias sobre cidades, vilas, aldeias medievais, produzidas, sobretudo, para a obtenção de graus académicos nas nossas Universidades, onde é possível ir carreado informações sobre famílias pertencentes aos estratos da vilania. São, porém, ainda, demasiado poucas e de reduzidas dimensões, para o seu estudo poder tornar-se significativo.

<sup>5</sup> Pesquisa que fui fazendo ao longo de, praticamente, toda a minha vida de investigadora.

<sup>6</sup> Com efeito, dada a maneira dispersa e esporádica como as informações nos surgem na documentação - e em qualquer tipo de documentação - seria bastante aleatório fazer deste tema o objecto central de uma investigação.

<sup>7</sup> Comecei a interessar-me pela antroponímia medieval nos finais da década de 60, embora só em princípio dos anos 70 tenha começado a publicar alguns trabalhos sobre o assunto. Mas desde logo me interessei pelos aspectos relacionados com o uso do patronímico e o meu ficheiro foi iniciado por essa época.

<sup>8</sup> Informações respondendo, para lá da questão básica e essencial da filiação, à categoria social dos indivíduos, à sua fixação geográfica, em termos de poder considerá-los ligados ao mundo campesino ou ao urbano, à sua integração cronológica.

<sup>9</sup> Cf. gráfico 1.

<sup>10</sup> Como se sabe, as crianças, em regra, usavam apenas o nome próprio. Já J. Leite de Vasconcelos o deixara lembrado há muito tempo (*Antroponímia portuguesa*, Lisboa, 1928, pp. 95, 340-341) e vários outros autores o têm repetido posteriormente. Quero, no entanto, destacar a constatação feita por Pierre-Henri Billy, de que a criança precisa juntar um segundo designativo ao nome próprio quando sai do exclusivo seio da família para a vida social ("Nommer à Toulouse aux XIe-XIVe siècles", *Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne*, t. III, Tours, 1995, p. 178). É uma afirmação que eu subscrevo em absoluto.

<sup>11</sup> Cf., por exemplo, o que diz Vitorino Magalhães Godinho, *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, 1971, pp. 27-29.

<sup>12</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Marcello Caetano*, vol. 1, Lisboa, 1972, pp. 130-133, 234-235.

<sup>13</sup> É bom não esquecer que sendo a cidade o centro por excelência da produção de documentos, são os cidadãos quem com mais frequência e em maior número participa neles.

<sup>14</sup> Cf., entre outros: José Angel García de Cortazar, "Antroponimia de Navarra y Rioja en los siglos X a XII", *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII*, coord. por Pascual Martínez Sopena, Santiago de Compostela/Valladolid, 1995, pp. 289-290; Régis de Saint-Jouan, *Le nom de famille en Béarn et ses origines*, t. I, Paris, 1966, pp. 15-20; François Menant, "L'anthroponomie du monde rural", *L'anthroponomie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux*, Actes du colloque international "Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne" (Rome, 6-8 octobre 1994), rec. por Monique Bourin, Jean-Marie Martin e François Menant, Roma, 1996, pp. 353-354; Patrice Beck, "Anthroponymie et parenté", *ib.*, p. 372; Robert Durand, "Surnoms et structure de la famille", *ib.*, pp. 414-415.

<sup>15</sup> Iria Gonçalves, "Amostra de antroponímia alentejana do século XV", cit., pp. 178-179; id., "Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média", *Do Tempo e da História*, vol. V, 1972, p. 161; id., "Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos", cit., p. 17; id., "Identificação medieval: O nome dos dirigentes concelhios em finais de Trezentos", cit., pp. 110-111; Robert Durand, "Données anthroponymiques du Livro Preto de la cathédral de Coimbre", *Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne, Études d'anthroponymie médiévale*, 1e et 11e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1986, 1987, Tours, 1989, pp. 225-230; Xulio Viejo Fernández, *La conformanza histórica de l'antroponimia asturiana (Tradición y continuidad nos nomes medievales de persona. Estudio estadístico)*, Oviedo, 1997, p. 64; Pascual Martínez Sopena, "L'anthroponymie de l'Espagne chrétienne entre le IXe et le XIIe siècle", *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux*, Actes du colloque international "Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne" (Rome, 6-8 octobre 1994), rec. por Monique Bourin, Jean-Marie Martin e François Menant, Roma, 1996, pp. 68-70, 82; Robert Durand, "Surnoms et structure de la famille", *ib.*, pp. 414-415; Ermelindo Portela e M<sup>a</sup> Carmen Pallares, "El sistema antroponímico en Galicia. Tumbos del monasterio de Sobrado. Siglos IX a XIII", *Antroponimia y sociedad*.

*Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII*, coord. por Pascual Martínez Sopena, Santiago de Compostela/Valladolid, 1995, pp. 34-35, 44; Marta González-Vázquez e Francisco J. Pérez Rodríguez, "El sistema antroponímico en Galicia. Tumbo del monasterio de Samos. Siglos VIII al XII", *ib.*, p. 60; María Carmen Rodríguez González e Mercedes Durany Castrillo, "El sistema antroponímico en el Bierzo. Tumbo de S. Pedro de Montes. Siglos IX al XII", *ib.*, pp. 88-89, 98; Carlos Laliena Corbera, "Los sistemas antroponímicos en Aragón durante los siglos XI y XII", *ib.*, p. 307; José Ángel García de Cortazar, Carmen Díez Herrera, e Esther Peña Bocas, "Antroponimia de Burgos y su alfoz en los siglos X al XII", *ib.*, pp. 235-236.

<sup>16</sup> Joseph-Maria Piel, "Sobre os apelidos portugueses de tipo patronímico em -ici/-es (Rodrigues)", *Boletim de Filologia*, t. XXI, fasc. 3-4, 1965, p. 167.

<sup>17</sup> Muito esporadicamente, nestes séculos finais da Idade Média, o patronímico correspondente a Afonso podia tomar a forma genitiva. Lembro o caso do portuense Afonso Afonses, que viveu em meados de Quatrocentos (A. H. M. P., *Cofre dos Bens do Concelho*, liv. 1, fl. 4v<sup>o</sup>).

<sup>18</sup> Em todos os trabalhos sobre antroponímia que tenho feito até agora, tenho considerado sempre ambas as formas com o mesmo valor e sentido. Cf. os ensaios atrás citados e também Albert Carnoy, *Origines des noms de famille en Belgique*, Lovaina, 1953, p. 77; Robert Durand, "Surnoms et structure de la famille", cit., p. 414; Lydia Martínez i Teixidó, "La antroponimia nobiliaria del condado de Pallars en los siglos XI y XII", *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII*, coord. por Pascual Martínez Sopena, Santiago de Compostela/Valladolid, 1995, p. 335; Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa Franco, *ob. cit.*, vol. 1, p. 23.

<sup>19</sup> Nestas questões de identificação, como, aliás, em muitas outras, a mãe ficou sempre esquecida.

<sup>20</sup> De uma maneira ou de outra, o nome serviu sempre para ligar o indivíduo à família. Sob este aspecto são interessantes as palavras de Karl Ferdinand Werner, "Liens de parenté et noms de personne", *Famille et parenté dans l'Occident médiéval*, Paris-Roma, 1977, pp. 13-18 e 25-34.

<sup>21</sup> Robert Durand, "Surnoms et structure de la famille", cit., p. 415; José Ángel García de Cortazar, "Antroponimia de Navarra y Rioja en los siglos X a XII", cit., pp. 289-290; Monique Bourin e Bernard Chevalier, "L'enquête: buts et méthodes", *Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne. Études d'anthroponymie médiévale*, 1e et 11e Rencontres, red. Azay-le-red. Ferron, 1986, 1987, Tours, 1989, p. 8.

<sup>22</sup> Nunca é demais repetir que durante a Idade Média só o nome próprio era fixo e acompanhava o seu possuidor durante toda a vida e que todos os outros elementos podiam ser mais ou menos fluidos.

<sup>23</sup> Monique Bourin e Bernard Chevalier, "L'enquête: buts et méthodes", cit., p. 8; Robert Durand, "Surnoms et structure de la famille", cit., pp. 414-415; Soledad Suárez Beltrán, "Notas al sistema antroponímico asturiano en los siglos X al XII", *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII*, coord. por Pascual Martínez Sopena, Santiago de Compostela/Valladolid, 1995, p. 128; Michel Zimmermann, "Les débuts de la "révolution anthroponymique" en Catalogne (X-XIIe siècles)", *ib.*, p. 364.

<sup>24</sup> Xulio Viejo Fernández, *La conformanza histórica de la antroponimia asturiana*, p. 65; Jean-Pierre Molénat, "L'onomastique tolédane entre le XII et le XVe siècle. Du système onomastique arabe à la pratique espagnole moderne", *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international "Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne"* (Rome, 6-8 octobre 1994), rec. por Monique Bourin, Jean-Marie Martin e François Menant, Roma, 1996, pp. 175; Monique Bourin, "Bilan de l'enquête", *Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne. Études d'anthroponymie médiévale*, 1e et 11e Rencontres, Azay-le-Ferron, 1986, 1987, Tours, 1989, p. 242; Pierre Toubert, *Les structures du Latium médiéval. Le Latium méridional et la Sabine du IXe à la fin du XIIe siècle*, vol. 1, Roma, 1973, pp. 701-702.

<sup>25</sup> Se a profundidade lhe era dada pela sucessão das gerações, a extensão podia ganhar ainda maior terreno, na medida em que deixava de ser apenas comum a grupos de irmãos, para passar a sê-lo a grupos de primos descendentes de um mesmo avô comum.

<sup>26</sup> Alguns autores já o afirmaram, anteriormente, sem bases muito rigorosas. Eu própria também já o fiz, escudada, principalmente, numa intuição forjada na leitura atenta de largos acervos documentais provenientes da Baixa Idade Média (Cf. Robert Durand, "Surnoms et structure de la famille", cit., p. 414; id., "Le système anthroponimique portugais (Région du Bas-Douro) du Xe au XIIIe siècle", *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII*, coord. por Pascual Martínez Sopena, Santiago de Compostela/Valladolid, 1995, p. 105; id., "Données anthroponymiques du Livro Preto de la cathédral de Coïmbre", cit., p. 223; Mónica Bourin, "Bilan de l'enquête", cit., p. 242; Iria Gonçalves, "Amostra de antroponímia alentejana do século XV", cit., p. 175; "Antroponímia das terras alcobacenses nos finais da Idade Média", cit., p. 163).

<sup>27</sup> As afirmações de Robert Durand e Monique Bourin, aduzidas na nota anterior, referem-se, efectivamente, a período anterior a finais do século XIII.

<sup>28</sup> Já atrás deixei dito que, pelo menos para este ensaio, me não interessou estudar a população nobre. Aliás, no decurso das investigações a que procedi, deparei, para estas épocas, com alguns patronímicos que não correspondiam a referentes paternos, mas só em casos de famílias nobres ou, quando muito, de indivíduos cujo estatuto social não era claro e que apresentavam boas probabilidades de pertencerem à nobreza. Nestas circunstâncias não podia considerá-los para o presente trabalho.

<sup>29</sup> Valor este encontrado entre as populações citadinas, no momento em que os camponeses se ficavam pelos 22,8% e, na totalidade dos elementos considerados, não subia além dos 23,5%.

<sup>30</sup> Pelo menos no que respeita às populações camponesas, o que se reflecte nos valores totais.

<sup>31</sup> No final do período em estudo e entre os citadinos.

<sup>32</sup> E pode mesmo dizer-se, em termos absolutos, a esmagadora maioria dos portugueses, porque era também a esmagadora maioria dos portugueses, como atrás ficou lembrado, que construía a sua identificação pessoal com a ajuda de um patronímico. Pelo menos entre as gentes comuns, estes, também o grosso da população.

<sup>33</sup> Cf. gráfico 2.

<sup>34</sup> Cf. gráfico 3.

<sup>35</sup> 22,8% no campo e 24,5% na cidade, como atrás deixei dito.

<sup>36</sup> Sem distinção entre os filhos e as filhas. Cf. adiante nota 43.

<sup>37</sup> Cf. gráfico 4.

<sup>38</sup> Expresso no gráfico 3. Adiante serão ainda mostrados outros exemplos da mesma tendência.

<sup>39</sup> A aceleração da tendência para o uso do patronímico desempenhando outras funções que não as de referente paterno, acentuou-se de forma muito significativa, durante o século XVI. Embora o estudo não tenha ainda sido feito para este período, há indícios que o mostram com clareza.

Em dois trabalhos que publiquei no início da década de 70 e que tenho vindo a citar, tive oportunidade de comparar listas de nomes próprios masculinos e patronímicos dos séculos XIV e XV ("Antroponímia das terras alcobacenses nos finais da Idade Média", cit., pp. 154-170; "Amostra de antroponímia alentejana do século XV", cit., pp. 182-185). Com as naturais oscilações atribuíveis a mudanças de gosto na escolha do nome de baptismo para as crianças, os valores atingidos por uma mesma denominação, nas suas qualidades de nome próprio e de patronímico, equivaliam-se ou desenhavam mesmo tendências claras e lógicas para o aumento ou a diminuição da respectiva frequência, consoante cresciam ou diminuam no interesse das populações.

Quando, porém, analisei uma lista de lisboetas, proveniente da década de 60 do século XVI, o panorama encontrado, neste pormenor, revelou-se completamente diferente: os nomes próprios de maior frequência eram alguns daqueles que, como patronímico, apresentavam valores insignificantes, ao passo que alguns dos patronímicos mais vulgares, correspondiam a nomes próprios pouco usados na altura. Como exemplo poderei citar as percentagens atingidas por alguns desses apelativos. Assim: António 10,8% - Antunes, Antão, António, em conjunto, 0,8%; João, 9,9% - Eanes e Anes, 1,9%; Francisco, 7,6% - Francisco (pat.), 0,8%; Fernando, 3% -

Fernandes, 23,9%; Gonçalo, 3,3% - Gonçalves, 10,3%; Rodrigo, 0,8% - Rodrigues, 8,4%, para anotar apenas os desfazamentos mais significativos (Iria Gonçalves, "Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos", cit., pp. 29-35. As percentagens foram obtidas a partir dos números que aí apresento).

<sup>40</sup> Nomeadamente o pico de 17,5% apresentado pelas populações urbanas no período correspondente ao último terço do século XIV, entre os valores de 5,7% e de 13,7%, respeitantes aos períodos imediatamente anterior e posterior (cf. gráfico 4).

<sup>41</sup> Como atrás deixei lembrado, é bastante difícil, no que respeita à gente comum, encontrar referências sobre a filiação dos indivíduos. Pelo menos em número avultado. Porém, se quisermos passar desta relação para outras de maior profundidade, então as dificuldades multiplicam-se de forma assustadora. Os casos que nos chegam acabam por não passar de situações meramente episódicas. A este título posso lembrar, por exemplo, Isabel Dias, que era filha de Antão Dias e neta de Diogo Dias, penteiro de Lisboa (A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 35, fl. 81).

<sup>42</sup> Cf. gráfico 5.

<sup>43</sup> Possíveis exemplos ilustrativos são numerosos. Poderei indicar alguns, ao acaso: Leonor Fernandes, marceira, filha de Antão Fernandes, marinheiro, de Lisboa (A.N.T.T., *Chanc. de D. João I*, liv. 2, fl. 124v°); Vasco Rodrigues, filho de Lourenço Rodrigues, de Évora (ib., *Chanc. de D. Duarte*, liv. 1, fl. 83v°); Luís Fernandes, filho de João Fernandes, dito da Covilhã (ib., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 7, fl. 55); Antão Luís, filho de João Luís, tabelião do público e judicial de Guimarães (ib., *Chanc. de D. João II*, liv. 7, fl. 68v°); Sebastião Gonçalves, filho de Martim Gonçalves, tecelão, de Santarém (ib., *Col. de Sta Mª da Alcáçova de Santarém*, m. 18, n° 388); Margarida Gil, filha de João Gil, de Santarém (ib., *Núcleo Antigo*, n° 274, fl. 176v°); Beatriz Gonçalves, filha de Luís Gonçalves, mercador do Porto (ib., *Alem Douro*, liv. 3, fl. I-IV°); Pedro Eanes, filho de Aparício Eanes, do termo de Oleiros (ib., *Corp. Cron.*, p. II, m. 21, n° 16, fl. 3v°); Maria Pais, filha de João Pais, tabelião de Viana do Castelo (Maria Cristina Cunha "A compra de fio para as naus: O Livro de Receitas e Despesas de Heitor Garcia (1496-1497), *Congresso internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. III, *Economia e comércio marítimo*, Porto, 1989, p. 431); João Afonso, filho de Pedro Afonso, do termo de Coimbra (Maria José Azevedo Santos, "Um Tombo de propriedades" do mosteiro de S. Paulo de Almaziva", *Vida e morte de um mosteiro cisterciense. S. Paulo de Almaziva (hoje S. Paulo de Frades, c. Coimbra)*, Séculos XIII-XVI, Lisboa, 1998, p. 293); João Rodrigues, filho de Martim Rodrigues, pedreiros, que ambos desempenharam as funções de mestres de obras dos paços de Sintra (Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou a serviço de Portugal*, t. II, Lisboa, 1904, p. 398).

<sup>44</sup> Como, por exemplo: Estêvão Gonçalves e Francisco Gonçalves, filhos de João Gonçalves, besteiro, da Sortelha (A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 84v°-85); Silvestre Afonso e António Afonso, filhos de João Afonso, todos eles lavradores do termo de Alenquer (ib., *Gaveta 14*, m. 1, n° 19); João Afonso e Diogo Afonso, filhos de João Afonso das Maravilhas, de Coimbra (ib., *Conv. Div., Mosteiro de Stª Cruz de Coimbra*, liv. 94, fl. 278, 285); Pero Gonçalves e João Gonçalves, filhos de Gaspar Gonçalves, do Funchal (*Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, ed. por José Pereira da Costa, Funchal, 1995, p. 371 e Virgínia Rau e Jorge de Macedo, *O Açúcar da Madeira nos finais do século XV. Problemas de produção e comércio*, Funchal, 1962, p. 50); Luís Peres e Antão Peres, filhos de Antão Peres, contador do rei na Guarda (*Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, ed. por Pedro de Azevedo, vol. I, Lisboa, 1915, p. 22).

<sup>45</sup> Por exemplo: João Gomes, filho de João Gomes, moradores em Lisboa (A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, n° 285, fl. 85); Domingos Jordão, filho de Domingos Jordão, de Leiria (ib., *Conv. Div., Mosteiro da Batalha*, liv. 4, fl. 169); Gil Martins, filho de Gil Martins, ambos de Santarém (ib., *Mosteiro de Stª Clara de Santarém*, m. 13, n°s 906,909); Gonçalo Vaz, filho de Gonçalo Vaz, portugueses (Milénario de Aveiro. *Colectânea de documentos históricos*, ed., por António Gomes da Rocha Madahil, vol. I, 959-1516, Aveiro, 1959, p. 234); Rodrigo Álvares, filho de Rodrigo Álvares, madeirenses, residentes no Caniço (Virgínia Rau e Jorge de Macedo, *O Açúcar da Madeira nos finais do século XV*, p. 49).

<sup>46</sup> Cf., entre outros: Afonso Eanes, tabelião de Neiva, filho de Afonso Eanes (A.N.T.T., *Chanc. de D. João I*, liv. 2, fl. 150v°); Afonso Esteves, filho de Afonso Esteves, porteiro da alfândega de Lisboa (ib., *Estremadura*, liv. 8, fl. 55-56v°); João Vasques, filho de João Vasques, tecelão, de Guimarães (José Marques, "A colegiada de Guimarães no priorado de D. Afonso Gomes de Lemos (1449-1487)", *Actas do Congresso histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. II, Guimarães, 1981, p. 309).

O mais comum, nestes casos, era optar por designá-los, a um como o mais velho, o outro como o mais moço, denominações que por vezes se iriam transformar em apelidos de família. Podem lembrar-se: João Gomes o Moço, filho de João Gomes o Velho, ambos tabeliães em Castelo Bom (A.N.T.T., *Chanc. de D. Manuel*, liv. 12, fl. 55v°); João Vaz o Moço, filho de João Vaz o Velho, carneiro em Soutelo (*Sé de Lamego*, liv. 169, fl. 15v°); João Vaz, filho de João Vaz o Velho, lavradores, residentes em Moreira, termo de Alenquer (ib., *Gaveta 14*, m. I, nº 19); João Domingues o Moço, filho de João Domingues o Velho, moradores no Teixoso, termo da Covilhã (ib., *Mosteiro de S<sup>ta</sup> Cruz de Coimbra*, p. 10, nº 292); João Afonso o Novo, filho de João Afonso, mercador, morador em Santarém (ib., *Corp. Relig., Mosteiro da Trindade de Santarém*, cx. 114, m. 4, nº 18).

<sup>47</sup> É o caso de Afonso Álvares, filho de Afonso Álvares do Ameal, residente na Sortelha (ib., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 84v°-85); João Eanes, filho de João Eanes das Mós, residentes em Santarém (ib., *Mosteiro de S<sup>ta</sup> Maria de Almoester*, liv. 4, nº 3); Vasco Martins, filho de Vasco Martins de Vouga, morador em Santarém (Isaías da Rosa Pereira, "A vinha e o vinho em documentos medievais", *O vinho na história portuguesa (séculos XIII-XIX)*, Ciclo de conferências, Porto, 1983, pp. 96); Afonso Eanes, filho de Afonso Eanes da Laranjeira, de Castel Viegas (Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de história rural)*, vol. II, Coimbra, 1983, p. 829).

<sup>48</sup> Assim Pedro Afonso o Moço, filho de Pedro Afonso das Azenhas (A.N.T.T., *Conv. Div., Mosteiro de Alcobaca*, liv. 134, fl. 163); João Afonso, sapateiro, filho de João Afonso Cangalho, portuenses (A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, liv. I, fl. 6lv°); Diogo Álvares o Moço, filho de Diogo Álvares Chantapão, de Fronteira (*Documentos inéditos de Marrocos*, *Chanc. de D. João II*, ed. por M. Laranjo Coelho, Lisboa, 1943, p. 317); João Eanes da Abrunheira, monteiro, filho de João Eanes, monteiro, residentes no termo de Montemor-o-Velho (*História florestal, aquícola e cinegética*, ed. por C. M. L. Baeta Neves, vol. II, (1439-1481), Lisboa, 1982, p. 130).

<sup>49</sup> Assim Leonor Vaz, filha de Estêvão Domingues, moradores na Golegã (A.N.T.T., *Conv. Div., Mosteiro de Alcobaca*, liv. 15, fl. 322v°); Pedro Eanes, filho de Bartolomeu Domingues, de Lisboa (ib., *Col. Especial*, cx. 35, nº 5); Branca Rodrigues, filha de Pedro Eanes, de Torres Novas (ib., *Núcleo Antigo*, nº 275, fl. 87); Vasco Gil, mercador, filho de Luís Domingues, ourives, do Porto (ib., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 77v°); Mateus Domingues, filho de João Afonso, de Bertiande (ib., *Sé de Lamego*, liv. 169, fl. llv°); Lopo Rodrigues, filho de Martim Lourenço, escrivão de Guimarães (ib., *Chanc. de D. João II*, liv. 11, fl. 37v°); João Afonso, filho de Bartolomeu Salvadores, de Gouveia (ib., *Mosteiro de S<sup>ta</sup> Cruz de Coimbra*, pasta 41, m. 20, nº 18); João Fernandes, filho de Bartolomeu Domingues, de Torres Vedras (ib., *Mosteiro do Lorvão*, G. 6, m. 2, nº 18/1); Pero Fernandes, filho de Vasco Gil, moradores em Óbidos ("Visitações de Santiago de Óbidos (1434-1481)", ed. por Isaías da Rosa Pereira, *Lusitania Sacra*, t. V, 1970, p. 373); Rodrigo Eanes, homem bom do Porto, filho de Pero Martins, carneiro ("Vereações". Anos de 1431-1432, leitura, índice e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto, 1985, p. 117); João Afonso, filho de Martim Vaz, carneiro de Elvas (*Documentos inéditos de Marrocos*, ed. por P. M. Laranjo Coelho, p. 234).

<sup>50</sup> Como informação interessante, penso que vale a pena deixar registado o caso de Catarina Vivas, filha de Álvaro Martins, falcoeiro do rei em Santarém, que foi buscar o patronímico a seu avô João Vivas (A.N.T.T., *Ordem de Avis*, nº 602). Eventualmente, pai de sua mãe. Pelo menos, onomasticamente nada o liga a Álvaro Martins. Por outro lado, e este é caso único na documentação por mim trabalhada, João Gonçalves, morador em Alenquer, filho de João esteves, foi buscar o patronímico que usava a sua mãe Leonor Gonçalves (ib., *Estremadura*, liv. 7, fl. 65).

<sup>51</sup> A.H.M.P., *Pergaminhos*, liv. 6, nº 2.

<sup>52</sup> Iria Gonçalves, "O empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almojarifado de Évora", sep. de *Ciência e técnica fiscal*, nºs 68-69, 1964, p. 50.

<sup>53</sup> *Ib.*, p. 60.

<sup>54</sup> *Ib.*, p. 48.

<sup>55</sup> A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 14, fl. 17-17v°.

<sup>56</sup> *História florestal, aquícola e cinegética*, ed. por C. M. L. Baeta Neves, vol. II, (1439-1481), p. 91.

- <sup>57</sup> José Marques, *A administração municipal de Vila do Conde, em 1466*, Braga, 1983, p. 78.
- <sup>58</sup> A.N.T.T., *Conv. Div., Mosteiro de Alcobaça*, liv. 15, fl. 19.
- <sup>59</sup> *Livro do almoxarifado de Silves*, pref. de Humberto Baquero Moreno, identificação e transcrição de Maria José da Silva Leal, notas, observações e comentários de José D. Garcia Domingues, Silves, 1984, pp. 66, 122.
- <sup>60</sup> Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, vol. II de *Descobrimentos portugueses. Documentos para a sua história*, pref. por João Martins da Silva Marques, t. II, Lisboa, 1956, p. 440.
- <sup>61</sup> *Documentos inéditos de Marrocos*, ed. por P. M. Laranjo Coelho, p. 276.
- <sup>62</sup> A.N.T.T., *Chanc. de D. João I*, liv. 3, fl. 112vº.
- <sup>63</sup> O nome Paio fora muito vulgar durante os séculos XII e XIII, mas nos finais deste século a sua voga começou a decair e o século XIV já o encontrou apenas entre os nomes pouco frequentes e com tendência para diminuir o seu uso.
- <sup>64</sup> A.N.T.T., *Conv. Div., Mosteiro de Alcobaça*, liv. 15, fl. 185.
- <sup>65</sup> *Documentos das chancelarias reais*, ed. por Pedro de Azevedo, vol. II, Lisboa, 1934, p. 381.
- <sup>66</sup> A.N.T.T., *Chanc. de D. Duarte*, liv. 1, fl. 132.
- <sup>67</sup> *Ib.*, *Mosteiro de S<sup>ta</sup> Clara de Santarém*, m. 12, nº 802.
- <sup>68</sup> *Ib.*, *Coleg. de S<sup>ta</sup> Estêvão de Santarém*, m. 3, nº 137.
- <sup>69</sup> *Ib.*, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 40, fl. 114vº-115.
- <sup>70</sup> *Ib.*, *Núcleo Antigo*, nº 274, fl. 180vº.
- <sup>71</sup> *Ib.*, fl. 30vº.
- <sup>72</sup> *Ib.*, fl. 33vº.
- <sup>73</sup> A.N.T.T. *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 143vº.
- <sup>74</sup> *Documentos das chancelarias reais*, ed. por Pedro de Azevedo, vol. II, pp. 438, 440.
- <sup>75</sup> José Marques, *A administração municipal de Vila do Conde, em 1466*, p. 92.
- <sup>76</sup> *Documentos inéditos de Marrocos*, ed. por P. M. Laranjo Coelho, p. 1.
- <sup>77</sup> A.N.T.T., *Conv. Div., Mosteiro de Alcobaça*, liv. 12, fl. 151vº-152vº.
- <sup>78</sup> *Ib.*, *Coleg. de S<sup>ta</sup> Estêvão de Santarém*, m. 3, nº 137.
- <sup>79</sup> *Ib.*, *Corp. Relig., Mosteiro de Alcobaça*, m. 33, nº 40.
- <sup>80</sup> Cf. bibliografia citada na nota 39.
- <sup>81</sup> Cf. Robert Durand, "Surnoms et structure de la famille", cit., pp. 413-420.
- <sup>82</sup> Foi possível encontrar, em alguns casos, famílias numerosas de que conhecemos cinco ou seis filhos, mas, infelizmente, muito poucas. Adiante darei conta de algumas delas.

<sup>83</sup> Cf. gráfico 6.

<sup>84</sup> Robert Durand, *ob. cit.*, p. 415.

<sup>85</sup> Cf. gráfico 7.

<sup>86</sup> Cf. gráfico 2.

<sup>87</sup> Os valores atingidos como mínimos foram os 77,2% nas áreas rurais, os 75,5% nas cidades, os 76% na totalidade dos casos.

<sup>88</sup> Eram sobretudo os casos de famílias numerosas e em que apenas um dos irmãos deixava de usar o patronímico no seu sentido original, que ajudavam a marcar o desfazimento apontado. Poderei deixar aqui apenas um exemplo registado - adiante apresentarei outros - lembrando que os filhos de Fernando Álvares, morador em Beja, se chamavam: Fernando Álvares, Rui Fernandes, Lourenço Fernandes, Álvaro Fernandes, Senhorinha Fernandes, Beringela Fernandes (*Documentos inéditos de Marrocos*, ed. por P. M. Laranjo Coelho, pp. 13-14).

<sup>89</sup> É certo que não podemos nunca ter a certeza de que aqueles filhos cujo conhecimento chegou até nós eram todos os filhos de um casal, ou, pelo menos de um homem.

<sup>90</sup> Por exemplo, os filhos de João Domingues, morador em Beja: Afonso Eanes, Gomes Eanes, Gonçalo Eanes, João Eanes (A.N.T.T., *Mosteiro de Alcobaca*, m. 53, n.º 5); os de Estêvão Peres, residente em Torres Vedras: Gonçalo Esteves, Lourenço Esteves, Pero Esteves (ib., *Corp. Relig., Mosteiro de Alcobaca*, m. 30, n.ºs 5 e 11); os de Pero Domingues, tabelião de Torres Vedras: João Peres, Lourenço Peres, Vicente Peres. ("Para a história social de Torres Vedras. Um documento eclesiástico do ano de 1309" ed. por Harol B. Johnson, *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, vol. LXXIII-LXXIV, 1970, pp. 97, 104); ou os de Pero Vivas: Álvaro Peres, Diogo Peres, Jorge Peres, Vasco Peres (*Documentos das chancelarias reais*, ed. por Pedro de Azevedo, vol I, p. 73).

<sup>91</sup> Por exemplo: Domingas Domingues, Margarida Domingues, Maria Domingues, eram filhas de Domingos Vivas, morador na Cela, terra de Alcobaca (A.N.T.T., *Conv. Div., Mosteiro de Alcobaca*, liv. 3, fl. 50); Joana Domingues e Inês Domingues, eram filhas de Domingos Peres Caldelas, do Porto (A.H.M.P., *Pergaminhos*, liv. 1, fl. 45, 51); as filhas de Gonçalo Vasques, morador em S. Vicente da Beira, chamavam-se Catarina Gonçalves e Maria Gonçalves (*Documentos das chancelarias reais*, ed. por Pedro de Azevedo, vol. I, p. 180).

<sup>92</sup> São assaz numerosos, estes casos. Citarei alguns: João Lopes, morador em Lisboa, era pai de Isabel Eanes e de João Eanes, sapateiro (A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, n.º 285, fl. 52v.º; n.º 317, fl. llv.º); Vasco Lourenço, da Sortelha, tinha um filho, Luís Vasques, e três filhas, Maria Vasques, Branca Vasques, Domingas Vasques (ib., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 84v.º-85); Sebastião Martins, que vivera em S. Vicente da Beira, era pai de Constança Sebastião, Maria Sebastião e Martim Sebastião, a primeira dos quais residia em Castelo Branco e os dois últimos, como o pai, em S. Vicente da Beira (ib., *Ordem de Avis*, n.º 417); Afonso Aparício, tanoeiro do Porto, tinha dois filhos: Catarina Afonso e Brás Afonso (A.H.M.P., *Pergaminhos*, liv. 3, fl. 84); Gil Afonso, almoxarife de Ceuta, tinha igualmente dois filhos: Vasco Gil e Branca Gil (*Documentos das chancelarias reais*, ed. por Pedro de Azevedo, vol. II, p. 452).

<sup>93</sup> Entre as famílias mais numerosas que me foi dado encontrar, contam-se as de Domingos Peres Alcobaci, de Leiria, pai de Maria Domingues, Catarina Domingues, Estêvão Domingues, Martim Domingues, Martim Domingues Terrão (A.N.T.T., *Mosteiro de Alcobaca*, m. 10, n.º 230; *Corp. Relig., Mosteiro de Alcobaca*, m. 23, n.º 19; *Conv. Div., Mosteiro de Alcobaca*, liv. 5, fl. 71); a de Gonçalo Rodrigues de Tomar, cujos filhos eram Beatriz Gonçalves, Inês Gonçalves, João Gonçalves, Leonor Gonçalves, Rui Gonçalves (ib., *Chanc. de D. João I*, liv. 2, fl. 81); a de João Bartolomeu, de Portel, com sete filhos: Margarida Eanes, Martim Eanes, Estêvão Eanes, Vicente Eanes, Afonso Eanes, João Eanes e Constança Eanes (*Chancelarias portuguesas*, D. Afonso IV, ed. organizada por A. H. de Oliveira Marques, vol. I, (1325-1336), Lisboa, 1990, doc. n.º 305).

<sup>94</sup> Cf. George T. Beech, "La devolution des noms et la structura de la famille: l'exemple poitevin". *L'anthroponymie, document de l'histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux*. Actes du colloque international "Génèse médiévale de l'anthroponymie moderne", (Rome, 6-8 octobre 1994), rec. por Monique Bourin, Jean-Marie Martin e François Menant, Roma, 1996, p. 404.

<sup>95</sup> João Eanes, residente na Póvoa de Lanhoso, era pai de Domingos Eanes, Miguel Eanes e Miguel Eanes da Quintã (A.N.T.T., *Chanc. de D. Dinis*, liv. 4, fl. 29); João da Ribeira, morador em Torres Vedras, tinha dois filhos de nome Pero Eanes e Pero Eanes do Baraçal ("Para a história social de Torres Vedras. Um documento eclesiástico de 1309", ed. por Harold B. Johnson, cit., pp. 80, 85). Na nota 93 fica indicado mais um exemplo.

<sup>96</sup> João do Mato, morador em uma aldeia do termo de Torres Vedras, tinha dois filhos de nome Martim Joanes ("Para a história social de Torres Vedras. Um documento eclesiástico do ano de 1309", ed. por Harold B. Johnson, cit., p. 107); e João Martins, mercador e almoxarife em Vila Real, para além de um filho de nome Martim Eanes e de uma filha chamada Maria Eanes, tinha outras duas filhas denominadas Beatriz Eanes (A.N.T.T., *Chanc. de D. João I*, liv. 4, fl. llv<sup>o</sup>).

<sup>97</sup> Cf. gráfico 8

<sup>98</sup> Uma leitura atenta dos gráficos 7 e 8, mostrará com muito mais clareza que acabo de dizer.

<sup>99</sup> Eram relativamente numerosos os grupos de irmãos que usava, em conjunto, um patronímico que já fora o de seu pai e que na grande maioria dos casos, de acordo com o que tenho vindo a dizer, correspondia ao nome próprio do avô. Como exemplos, poderei citar: os filhos de João Afonso, lavrador do termo de Alenquer, chamados António Afonso e Silvestre Afonso, lavradores como o pai (A.N.T.T., *Gaveta 14*, m. 1, n<sup>o</sup> 19); os filhos de Martim Gonçalves, tecelão, de Santarém, e de seus nomes Beatriz Gonçalves e Sebastião Gonçalves (ib., *Coleg. de S.ª M.ª da Alcáçova de Santarém*, m. 18, n<sup>o</sup> 388); Martim Eanes de Cimo de Vila, morador em Atougia, cujo filhos eram Martim Eanes e Tomé Eanes (ib., *Corp. Relig., Mosteiro de Alcobaça*, m. 28, n<sup>o</sup> 25); Domingos Gonçalves, de Sever, era pai de Estêvão Gonçalves e de Gonçalo Gonçalves (ib., *Além Douro*, liv. 4, fl. 41-42v<sup>o</sup>); Catarina Afonso e Pedro Afonso, eram filhos de Heitor Afonso, morador no Porto (A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, liv. 1, fl. 221; liv. 2, fl. 36v<sup>o</sup>), ou Antão Peres, contador na Guarda, cujos filhos se chamavam Antão Peres e Luís Peres (*Documentos das chancelarias reais*, ed. por Pedro de Azevedo, vol. I, p. 22).

<sup>100</sup> Casos havia, porém, em que os irmãos, embora usando a mesma forma patronímica, não sabemos de onde ela proviera. Por exemplo: Bartolomeu Domingues, morador em Torres Vedras, tinha dois filhos de nome João Fernandes e Pero Fernandes (A.N.T.T., *Corp. Relig., Mosteiro de Alcobaça*, m. 28, n<sup>o</sup> 32); os irmão Gomes Afonso e Vasco Afonso, de Loulé, eram filhos de João Domingues (Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimientos*, t. II, pp. 396, 474).

<sup>101</sup> Estêvão Fernandes e Gonçalo Esteves era filhos de Estêvão Fernandes, morador no termo de Braga (A.N.T.T., *Chanc. de D. João I*, liv. 4, fl. 32v<sup>o</sup>); os dois filhos de Martim Fernandes, chamavam-se Martim Fernandes e Fernão Martins (ib., liv. 2, fl. 62); Afonso Álvares do Ameal, morador na Sortelha, tinha pelo menos três filhos, cujos nomes eram Afonso Álvares, Álvaro Martim Afonso Martins (ib., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 84v<sup>o</sup>-85); João Aires, cirieiro, residente em Évora, era pai de João Aires, Fernando Eanes, Gomes Eanes (ib., liv. 31, fl. 82-82v<sup>o</sup>); os três filhos que de Gil Martins, de Santarém, eram Gil Martins, João Gil, Constança Gil (ib., *Mosteiro de S.ª Clara de Samtarém*, m. 13, n<sup>os</sup> 906, 909); Álvaro Eanes, Fernando Álvares, Catarina Álvares, João Álvares, eram os filhos de Álvaro Eanes, morador em uma aldeia do termo de Braga (*Documentos inéditos de Marrocos*, ed. por P. M. Laranjo Coelho, p. 52).

<sup>102</sup> João Gonçalves, besteiro, morador na Sortelha, era pai de Estêvão Gonçalves, Francisco Goriçalves, Gonçalo Eanes (A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 84v<sup>o</sup>-85); os filhos de Gaspar Gonçalves, do Funchal, eram Pero Gonçalves e Gonçalo Aires (Virgínia Rau e Jorge de Macedo, *O açúcar da Madeira nos finais do século XV*, pp. 50, 57); os do seu conterrâneo Álvaro Dias, eram João Dias e Rodrigo Álvares (ib., p. 51).

<sup>103</sup> Catarina Álvares, Branca Eanes e Álvaro Eanes, eram filhos de João Álvares, de Penaguião (*Documentos inéditos de Marrocos*, ed. por P. M. Laranjo Coelho, p. 173).

<sup>104</sup> Como no caso de Afonso Eanes Marchão, de Odemira, que, se tinha uma filha chamada Branca Afonso, o filho era conhecido por João Rodrigues (A.N.T.T., *Chanc. de D. Duarte*, liv. 1, fl. 226, 230); os dois filhos de Gonçalo Eanes Galego, prior de S. Domingos da Covilhã, denominavam-se Luís Gonçalves e Rui Gonçalves, mas sua irmã era Constança Afonso (ib., *Chanc. de D. João I*, liv. 3, fl. llv<sup>o</sup>); João Fernandes, dito da Covilhã, era pai de vários filhos: duas raparigas de nome Beatriz Eanes e Isabel Eanes e dois rapazes, um dos quais se chamava Luís Fernandes e o outro João Nunes (ib., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 7, fl. 75).